

Mineiros em terras paulistas: população e economia.

Maísa Faleiros da Cunha*

Resumo

O objetivo deste trabalho é o de contextualizar o município de Franca no momento histórico em que se desenvolve e é efetivamente povoado; mostrar sua evolução populacional e caracterizar as atividades econômicas de seus moradores no decorrer do século XIX até a abolição da escravidão, destacando a participação dos migrantes de Minas Gerais no processo de ocupação e nas atividades voltadas ao abastecimento interno que se desenvolveram no norte paulista.

Palavras-chave: *entrantes* mineiros, evolução populacional, abastecimento interno, norte paulista.

Área temática: **1 – História Demográfica e demografia histórica**

* Doutora em Demografia (IFCH/ Unicamp).

Mineiros em terras paulistas: população e economia.

Maísa Faleiros da Cunha*

Localizado entre o rio Pardo e as divisas com Minas Gerais¹, no norte paulista², o município de Franca integrou o que foi chamado originalmente de *Sertão do Rio Pardo*³ e, a partir do final do século XIX, de *Novo Oeste Paulista*⁴. Essa região apresentou um grande crescimento econômico e demográfico no século XIX, mesmo antes da chegada dos trilhos da estrada de ferro da Companhia Mogiana (que chegou a Franca em 1887) e do desenvolvimento da cafeicultura em escala comercial, o que só ocorreu nos anos 1890.

Paulistas e mineiros

As terras do Sertão do Rio Pardo foram, desde o início de sua ocupação, motivo de disputas entre paulistas e mineiros. Na segunda metade do século XVIII, a disputa se deu em razão dos descobertos auríferos, os paulistas buscavam obter autorização de posse dos novos descobertos no sertão entre os rios Pardo e Sapucaí:

Pedro F. Quaresma, em suas diligências contra os quilombos de negros foragidos, anda por todo o Sertão do Rio Pardo, principalmente pelo lado leste, e, ao mesmo tempo que destrói os quilombos, ele vai encontrando faisqueiras de ouros. Mais do que depressa, a Comarca de São Paulo manda elaborar os autos de posse: em 1755 é o do sertão do rio São João, em 1761 do Ribeirão de São Pedro de Alcântara e Almas, em 1762 da Barra do Sapucaí, e assim por diante. Tais descobertas atraíram os moradores das Gerais e o problema das divisas ganhou corpo (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.24-25).

Por outro lado, cabe lembrar que no período entre 1748 e 1765 a Capitania de São Paulo perdeu sua autonomia e foi incorporada à do Rio de Janeiro. Nessa época, a capitania de Minas ampliou o seu território em detrimento do território paulista que, pouco povoado, enfrentava dificuldades em se defender (CHIACHIRI FILHO, 1986).

* Doutora em Demografia (IFCH/ NEPO/ Unicamp).

¹ A região conhecida como *Sertão do Rio Pardo*, inicialmente fez parte de Jundiá (elevada a Vila em 1655). Em 1751 foi criada a freguesia de Moji-Mirim no município de Jundiá. Em 1769 a freguesia de Moji-Mirim foi elevada à Vila, e sua jurisdição se estendia do rio Atibaia até o rio Grande (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.23). Em 1805 foi criada a freguesia de Franca no município de Moji-Mirim e, em 1824, desmembrou-se desse município, tornando-se Vila Franca do Imperador. Na realidade, em 1821 foi criada a Vila Franca d'El Rey, mas somente em 1824, após a independência do Brasil de Portugal, foi efetivamente implantada a Câmara de Vereadores e alterada sua denominação para Vila Franca do Imperador.

² Não há consenso entre os estudiosos da região sobre a denominação, alguns autores referem-se a ela como *nordeste paulista* e outros como *noroeste*. Adotaremos norte paulista.

³ O termo *Sertão do Rio Pardo* é encontrado nos documentos da época, como as listas nominativas do século XIX e os relatos dos viajantes estrangeiros que percorriam o interior do Brasil na primeira metade do século XIX.

⁴ O termo *Oeste Paulista* tem como referência a expansão da cafeicultura a partir do Vale do Paraíba. Ressalta-se que historicamente, antes do café, o Vale do Paraíba era chamado *Norte Paulista*.

A disputa entre paulistas e mineiros pela posse do *Descoberto do Rio Pardo*, no Sertão do Rio Pardo, deu-se em um momento em que a mineração em Minas Gerais estava em decadência e os novos descobertos contribuíam para aliviar a sobrecarga fiscal⁵. O lado paulista impediu que fosse lavrado um auto de posse em seus descobertos pela Capitania de Minas, ao garantir que os novos descobertos deveriam render o quinto ao rei, e não serem incluídos na cota das 100 arrobas (que somada à derrama era o que seria cobrado em Minas Gerais). Além disso, um ofício datado de 1765 da parte de Dom Luís Antônio de Sousa, governador e capitão-geral da Capitania de São Paulo, estipulou que o rio Grande e o rio Sapucaí seriam os limites entre a Capitania de São Paulo e de Minas Gerais (CHIACHIRI FILHO, 1986). No entanto, a questão das divisas entre Minas e São Paulo nessa região, iriam se estender pelo século XIX e seus limites estabelecidos finalmente no século XX.

A ocupação do território onde hoje se situa Franca por mineiros continuou. É graças aos mineiros, “os entrantes”, que se deu a elevação do arraial a freguesia⁶.

Em seu ofício de 6 de agosto de 1805, Hipólito Antonio Pinheiro suplica ao Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo, Antônio José de Franca e Horta, que ele patrocinasse a pretensão dos moradores daquele território, a qual era a da criação de uma Freguesia, porque:

- 1 - os “intranses” que lá se estabeleceram estavam descontentes com a falta de “Pasto Espiritoal”.
- 2- que se eles quisessem dar “Estado a seus filhos” deveriam andar 40 a 50 léguas até a Freguesia de Moji.
- 3- que, além dos riscos que corriam de ataque da “Gentilidade bárbara” deveriam transpor, nesta caminhada, quatro postos reais (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.58).

O pedido de Hipólito Pinheiro surtiu efeito e, em 29 de agosto de 1805, o bispo da cidade de São Paulo, D. Mateus de Abreu Pereira, autorizou o reverendo Joaquim Martins Rodrigues (um entrante mineiro) a benzer o cemitério e a erguer uma “Casa de Oração” enquanto não se edificava a igreja matriz (CHIACHIRI FILHO, 1986).

A freguesia que então surgia levava o nome de Franca em homenagem ao governador da Capitania de São Paulo, o capitão general Antônio José de Franca e Horta, em virtude de seu empenho na criação da freguesia⁷. Isso, no entanto, parece não ser consenso, pois para alguns estudiosos o nome *Franca* pode ter sido escolhido em razão de a região ser uma passagem livre, sem barreiras e impostos, com o que discorda José Chiachiri Filho:

⁵ O Descoberto do Rio Pardo deu origem a Caconde, SP. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Bonsucesso do Descoberto do Rio Pardo (ou freguesia de Caconde) cujo povoamento está ligado à descoberta de veios auríferos em seus ribeirões foi desmembrada da freguesia de Moji-Guaçu e instalada no ano de 1775. Assim, o Sertão dos Goyazes, entre os rios Pardo e Grande, ficou sob a jurisdição de Caconde. Em 1805, com o esgotamento de sua atividade aurífera, a freguesia de Caconde (que não se localizava no Caminho dos Goias) foi substituída pela freguesia de Franca (BRIOSCHI, 1995, p.24-26).

⁶ A doação do terreno onde seria erguida a igreja matriz veio dos irmãos Vicente Ferreira Antunes e sua mulher e Antônio Antunes de Almeida e em 1805 foi fundada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Franca, cujo território abrangia a área entre os rios Pardo e Grande, os limites até Minas Gerais e até o município de Mococa (atual) (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.58). A criação da freguesia do Senhor Bom Jesus da Cana Verde (Batatais) em 1815 alteraria o marco limítrofe do município de Franca para o rio Sapucaí.

⁷ CHIACHIRI FILHO (1986, p.59) comprova esta afirmação tendo em vista um ofício do juiz de fora da Vila de Campanha ao Governador de Minas Gerais datado de 1814 em que afirma que o nome de Franca foi dado em “obséquio” ao capitão general Franca e Horta.

(...) numa época em que o fisco era implacável, não seriam os mineiros (que tanto tinham sofrido os seus rigores em sua terra natal) que iriam propagar as franquias que o sertão lhes propicia no nome de sua Freguesia. O nome de Franca foi dado em homenagem ao Capitão Antonio José da Franca e Horta cujos esforços em prol da nova Freguesia e futura Vila foram decisivos (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.59).

Na passagem do século XVIII para o XIX, a região do Sertão do Rio Pardo voltou a ser novamente objeto de interesse e novas sesmarias foram concedidas a partir dos primeiros anos de 1800.

Na Capitania de São Paulo essa época foi marcada pelo florescimento da lavoura canavieira e dos engenhos de açúcar em seu território, decorrente da revolução de escravos ocorrida em um dos principais fornecedores de açúcar, a (ex)colônia francesa do Haiti. A exportação de algodão despontava nas capitanias do norte e nordeste, especialmente o Maranhão, reflexo da Guerra de Independência dos EUA, o que prejudicou a venda do algodão norte-americano para as manufaturas inglesas. Nesse momento, a economia colonial congregava seus lucros com a exportação de produtos tropicais, refletindo em dinamismo para as mais diversas regiões. Ao mesmo tempo, a produção de gêneros para o mercado interno progredia, para atender ou complementar o abastecimento daquelas áreas exportadoras e da Corte, estabelecida no Rio de Janeiro em 1808. A abertura dos portos às nações amigas, nesse mesmo ano, contribuiu para intensificar as trocas comerciais no Brasil.

É a partir dessa conjuntura, de ampliação dos mercados de abastecimento e das áreas agro-exportadoras, que devemos contextualizar o povoamento efetivo de Franca, cuja economia não iria se modificar estruturalmente até o fim do Império.

O fluxo migratório de Minas Gerais garantiu o efetivo povoamento da região norte paulista na última década do século XVIII, acentuando-se, sobretudo, nas primeiras décadas do século XIX,

Os migrantes mineiros que se dirigiram a Franca e áreas circunvizinhas (que deram origem a Batatais, Igarapava, Patrocínio Paulista, Ituverava, entre outras) vinham tanto de regiões do sul de Minas, especializadas no abastecimento interno, assim como de regiões de mineração decadente. Esse movimento de mineiros em direção ao Sertão do Rio Pardo, portanto, situava-se no contexto de ampliação da fronteira de pecuária e agricultura de abastecimento de Minas Gerais em direção a São Paulo, e na busca por novas faisqueiras, impulsionada pela decadência da mineração aurífera nessa capitania desde 1780⁸. Ampliar a fronteira em um momento de procura internacional pelos produtos coloniais foi a forma encontrada para garantir a produção em terras ainda escassamente povoadas e relativamente férteis⁹.

Em fins do século XVIII, o interesse pelo sertão do Rio Pardo ressurgiu e pode ser percebido pelo número de pedidos de legitimação de posses antigas, pela requisição de novas sesmarias e pelas transações de terra, realizadas entre os anos de 1788 até aproximadamente 1820. Entre os interessados na aquisição ou legalização do acesso à terra encontravam-se

⁸ “A exportação de ouro cresceu em toda a primeira metade do século e alcançou seu ponto máximo em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras. Entretanto, o declínio no terceiro quartel do século foi rápido e, já por volta de 1780, não alcançava um milhão de libras. O decênio compreendido entre 1750 e 1760 constituiu o apogeu da economia mineira, e a exportação se manteve então em torno de dois milhões de libras” (FURTADO, 2001, p.78).

⁹ O fluxo migratório de mineiros em direção a São Paulo já havia sido destacado por Caio Prado Júnior e por Celso Furtado (2001, p.132) como uma expansão da economia mineira antes da penetração da lavoura cafeeira em terras paulistas.

tanto antigos moradores do Caminho de Goiás, quanto paulistas e mineiros recém-chegados. (...) As grandes dimensões das terras concedidas e a ênfase nos “campos” existentes revelam a atividade pecuária de seus solicitantes (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.63).

Garavazo (2006) chamou a atenção para o fato de que não só a qualidade e quantidade das terras disponíveis atraíram os mineiros à região, mas outras condições físicas e naturais, a sua localização e a facilidade para o escoamento e comercialização da produção das fazendas locais.

Quando os mineiros, no desmaiar do século XVIII e no despertar do XIX, chegaram até as divisas e começaram até a se adentrarem pela capitania de São Paulo, não eram mais, em sua maioria quase absoluta, mineradores preocupados em encontrar ouro, mas sim agricultores e criadores em busca de terras férteis e boas pastagens (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.34).

É preciso salientar que a migração mineira dessa época deu-se em etapas. Alguns mineiros dirigiram-se primeiramente para as terras do Triângulo Mineiro e da Farinha Podre, localizadas na região entre os rios Paranaíba e Grande, área rica em salitre e bem irrigada, propícia à pecuária. Em seguida, deslocaram-se para o Sertão do Rio Pardo, onde se fixaram¹⁰. Nesse momento, os mineiros também marcharam rumo a Goiás, já que na época a região do Triângulo Mineiro e a de Farinha Podre pertenciam à Capitania e Prelazia de Goiás até 1816.

Os mineiros, ao expandir as fronteiras agrícolas no norte paulista, procuraram dar continuidade às atividades econômicas a que vinham se dedicando, não se interessando pela agricultura de exportação, como ocorria em outras regiões paulistas.

As famílias mineiras que migravam, fossem ricas ou pobres, não apresentavam sinais de interesse pela monocultura canavieira. A grande motivação estava voltada para a fixação da residência em áreas circunvizinhas à área dos engenhos, com o fito aparente de prover o abastecimento das mesmas. (...) Os imigrantes mineiros eram, efetivamente, derivados de áreas onde predominavam setores de economia de abastecimento, centrados seja na lavoura de alimentos, seja na pecuária (BRIOSCHI et al., 1991, p.39-40).

É, portanto, com a migração mineira que a região vai pouco a pouco perdendo sua característica de *sertão*. Os entrantes mineiros, ao instalarem suas fazendas, criando gado e plantando roças, contribuíram para o crescimento demográfico, para a criação das freguesias e vilas no Sertão do Rio Pardo.

¹⁰ Ilustrativo desse processo é a trajetória do capitão mor Hipólito Antonio Pinheiro e sua família. Esse mineiro era natural de Congonhas do Campo, alguns de seus filhos nasceram em Desemboque - MG e outros em Franca, onde a família finalmente se fixou (CHIACHIRI FILHO, 1986, p.36).

Evolução populacional

O ritmo da ocupação e povoamento da freguesia e depois município de Franca pode ser visualizado nos dados das tabelas 1 e 2. Em cerca de três décadas (1776-1797) a população mais que triplicou, enquanto a população escrava só foi receber um aumento razoável em meados da última década do século XVIII, com a intensificação das atividades econômicas. Pela pequena quantidade de escravos observada até o início dos anos 1790 é de se supor que os primeiros povoadores possuíam recursos modestos (GARAVAZO, 2006).

Quando o ouro (descoberto na segunda metade dos setecentos em Caconde) foi pouco a pouco diminuindo sua importância econômica, e a lavoura e a pecuária ampliaram seu espaço na economia local, mais escravos e livres adentraram a região¹¹.

Tabela 1 - Evolução da população. Sertão do Rio Pardo, 1767 – 1797

Anos	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
1767	81*					
1776	113	73	42	27	155	100
1782	188	78	52	22	240	100
1790	182	79	48	21	230	100
1797	296	81	69	19	365	100

Fonte: Maços de População do Termo de Mogi Mirim Apud BRIOSCHI, 1995, p.112.

*Apenas a população livre.

Esse movimento migratório, oriundo em grande parte do sul de Minas Gerais, modificou a paisagem das colinas, capoeiras e matas da região, onde em 1824 foi instalada a Vila Franca do Imperador. O crescimento populacional dessa vila, ao final do século XVIII e durante a maior parte do século XIX, deve-se principalmente ao aumento da importância econômica das *plantations*, tanto no chamado *Quadrilátero do Açúcar* como no Vale do Paraíba cafeeiro, processo que gerou um florescente mercado para os animais criados no norte paulista.

A entrada de africanos para abastecer a agricultura paulista e a migração de mineiros que expandiam sua fronteira foram, na época, os principais fatores responsáveis por esse incremento demográfico na Província de São Paulo já nas últimas décadas do século XVIII e início do XIX.

A população paulista, que em 1772 era de pouco mais de 100.000 habitantes, passou para 169.544 em 1800. No ano da Independência do Brasil (1822), esse território contava com 244.405 habitantes e em 1836, sua população chegou a 326.902. Também a participação da população de São Paulo no total da população do Brasil elevou-se no período considerado, passando de 3,92% em 1772 a 5,51% em 1836.

É importante destacar que não somente a população da Capitania de São Paulo cresceu como também a do Brasil passou por significativo acréscimo. Em 1800, teria o Brasil 3.569.000 habitantes e 5.867.000 em 1836 (MARCÍLIO, 2000).

Nas primeiras décadas do século XIX a população se expandiu de modo acelerado na Freguesia do Rio Pardo. Os livres que, em 1801, eram 491, em 1836 chegavam a 7.224 e os escravos passaram de 80 a 3.443, respectivamente, nesses anos.

¹¹ O ouro aparece pela última vez nas listas nominativas do Sertão do Rio Pardo no começo do século XIX.

Tabela 2- Evolução da população, Freguesia do Rio Pardo/ Freguesia de Franca/ Vila Franca do Imperador. População segundo condição social (1801 – 1836)

Anos	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
1801	491	86	80	14	571	100
1803*	604	88	86	12	690	100
1804*	671	80	172	20	843	100
1807	1.267	79	338	21	1.605	100
1813*	1.733	71	704	29	2.437	100
1814*	2.049	72	783	28	2.832	100
1824*	3.974	68	1.853	32	5.827	100
1836**	7.224	68	3.443	32	10.667	100

Fonte: Maços de População *apud* BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.70.

*CHIACHIRI FILHO, 1986, p.186.

**MULLER, 1923.

Em 1839 Batatais tornou-se Vila reduzindo o território de Franca do Imperador. Franca foi elevada à categoria de cidade em 1856. O crescimento demográfico e os desdobramentos territoriais intensificaram-se na segunda metade do século XIX. Os dados demográficos disponíveis para 1854 são parciais¹², mas três anos depois, o *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo de 1857* anota que nesse ano havia 5.572 habitantes no município¹³. No entanto, ao que tudo indica, esse total correspondia à população livre¹⁴.

Em 1872, o território correspondente a 1836 estava desmembrado em três municípios: Batatais, Cajuru e Franca, com suas respectivas paróquias. Em 1885, Patrocínio Paulista e Ituverava desmembraram-se do município de Franca; Santo Antônio da Alegria do município de Cajuru e Nuporanga de Batatais¹⁵.

Tabela 3- Evolução da população, Franca e território original* (1836-1886)

Anos/ Localidades	Livres		Escravos		Total	
	N	%	N	%	N	%
1836						
Franca (distrito)	1.474	71	591	29	2.065	100
Território	6.975	67	3.395	33	10.370	100
1854**						
Franca	1.985	67	980	33	2.965	100
Território	5.294	79	1.423	21	6.717	100
1872						
Franca	18.021	84	3.398	16	21.419	100
Território	33.816	84	6.461	16	40.277	100
1886						
Franca	8.757	87	1.283	13	10.040	100
Território***	37.469	91	3.912	9	41.371	100

Fontes: 1836 – Lista Nominativa de Habitantes. 1854-1886 – BASSANEZI, 1998.

¹² As informações que constam nesse censo são apenas para as freguesias: Carmo de Franca (atual Ituverava) e Santa Rita do Paraíso (atual Igarapava) e para a freguesia de Cajuru pertencente a Batatais.

¹³ 3.207 na Cidade da Franca do Imperador, 813 na Freguesia de Santa Rita do Paraíso e 1.552 na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo.

¹⁴ Essa conclusão deve-se ao fato de que, ao se referir à população da Província como um todo o almanaque de 1858 anota “*tem perto de 300 mil habitantes livres*” e, comparando com as informações de 1854 para Carmo de Franca e Santa Rita do Paraíso com as mostradas pelo almanaque de 1858 chega-se à conclusão de que os escravos não estavam inseridos nesse conjunto.

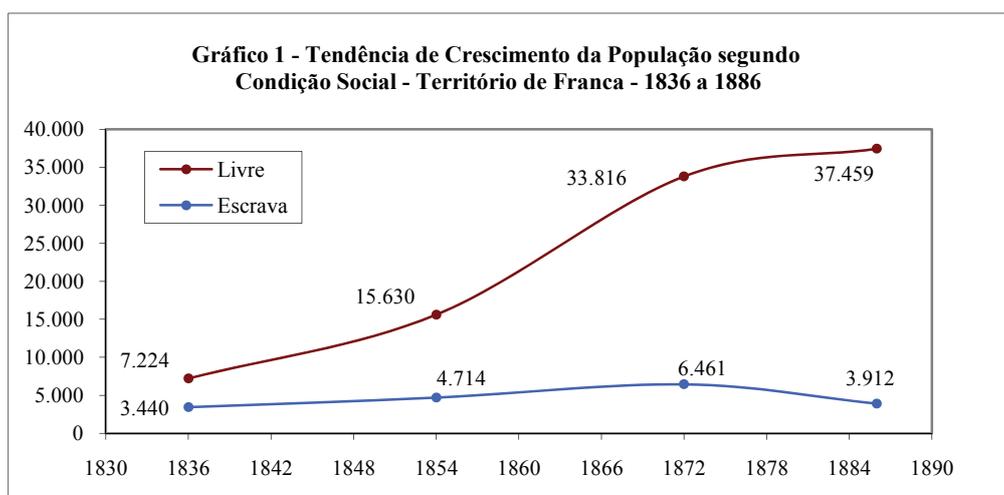
¹⁵ No entanto, os dados referentes a Santo Antônio da Alegria e Nuporanga permanecem no Censo de 1886 juntamente com os de Batatais (BASSANEZI, 1998).

*Soma da população de Franca e das populações das localidades desmembradas desse município a partir de 1836.

**Total parcial.

***Dados parciais. O município de Patrocínio Paulista não possui informações.

A população escrava do território de Franca praticamente dobrou de tamanho entre 1836 e 1872. Após 1872, a população declinou não apenas por conta da extinção do tráfico africano como também porque as crianças nascidas após 28 de setembro de 1871 não seriam mais consideradas escravas. Em cinco décadas, a população livre, que era o dobro do tamanho da escrava em 1836, passou a ser dez vezes maior em meados de 1880.



Fonte: MULLER, 1923; *Quadro Estatístico da População da Província de São Paulo Recenseada no ano de 1854* (...); Recenseamento Geral do Império, 1872; Relatório, 1888.

Nota: Os dados da população livre e escrava para 1854 foram obtidos através de cálculo de projeção, uma vez que o levantamento de 1854 não traz informações para as sedes dos municípios de Franca e Batatais, mas apenas para as Freguesias de Carmo da Franca (Ituverava), Santa Rita do Paraíso (Igarapava) e Cajuru.

De acordo com o Censo de 1872, a população do município de Franca já era de 21.419 pessoas, das quais 15,9% eram escravas. Nesse mesmo ano, se tomarmos o território original de Franca, esse contava com uma população escrava que representava 16,0% da população total.

No que diz respeito à demografia escrava, é preciso destacar que em 1872 já refletia as diversas mudanças do sistema escravista na segunda metade do século XIX: a proibição efetiva do tráfico transatlântico de escravos (1850), o conseqüente envelhecimento da população escrava de origem africana e sua diminuição proporcional no total da população, a intensificação do tráfico interno de escravos pós 1850 (para suprir a necessidade de mão de obra no Sudeste), com o deslocamento de cativos de outras províncias para as fazendas paulistas.

Entre 1872 e a realização de um novo levantamento populacional na Província de São Paulo, em 1886, Franca perdeu uma parcela razoável de seu território com a criação dos municípios de Igarapava (1873), Patrocínio Paulista e Ituverava, ambos em 1885, o que justifica também a perda de população no período. Com um novo perfil territorial, a população de Franca em 1886 passou a ser de 10.040 habitantes, dos quais os escravos atingiram 12,8%; uma porcentagem maior que a verificada para o território

original de Franca (9,5%) (Tabela 3). A partir da última década do século XIX, a população local passou a sofrer os impactos da imigração internacional e da cafeicultura que avançou sobre o seu território.

Economia

Durante todo o século XIX, a ocupação, o povoamento e a evolução da população do território do Sertão dos Goiaes sofreram o impacto e também impactaram o desenvolvimento da economia local, que se processou de forma diferente de outras regiões do território paulista; como o Quadrilátero do Açúcar, o Vale do Paraíba e o Velho Oeste Paulista, por ser um pólo criador, de agricultura de subsistência, de produção de bens voltados para o mercado interno. Como as outras regiões paulistas, o Sertão dos Goiaes também se utilizou de mão de obra escrava desde o início de seu povoamento.

De fato, desde fins do século XVIII a expansão da agricultura paulista, aliada à oferta de escravos africanos, permitiu que o sistema escravista fosse difundido em São Paulo, do litoral aos longínquos sertões, até a sua abolição em 1888. Diga-se de passagem também que a escravidão indígena foi amplamente utilizada nos tempos iniciais da colônia¹⁶.

Com o avanço das culturas de açúcar e café, nas primeiras décadas do século XIX, a mão de obra escrava passou a se concentrar mais nas mãos dos proprietários voltados para a exportação.

Porém, por mais que os escravos tenham sido desviados para o café pelo restante do século, o setor produtor de alimentos permaneceu expressivo; de fato, cada vez mais integrou-se à economia escravista. Assim, o alicerce da agricultura paulista continuou sendo a produção de gêneros alimentícios, que se expandiu paralelamente às culturas de exportação na primeira metade do século XIX (LUNA; KLEIN, 2005, p.136).

A produção de gêneros de subsistência era difundida em praticamente todas as regiões do Brasil. Ainda que muitos produtores não fossem abastados o suficiente para a compra de escravos, a produção de alimentos e de animais para os mercados locais e regionais foi uma importante atividade econômica, coexistindo com a lavoura de exportação de cana-de-açúcar e café. Como afirmam Luna e Klein, ao analisarem a evolução econômica paulista entre 1750 e 1850, “mesmo as zonas responsáveis pelas maiores exportações de açúcar e café tiveram uma produção significativa de produtos animais e gêneros alimentícios” (LUNA; KLEIN, 2005, p.109).

Na maior parte do século XIX as principais atividades econômicas desenvolvidas em Franca foram a pecuária, a produção de gêneros da terra voltados para o abastecimento interno, o comércio do sal e uma produção razoável de tecelagem, a qual ultrapassava o consumo interno, como observou o atento viajante francês Saint Hilaire.

Os francanos cultivavam, fabricavam, em suas propriedades, tecidos de algodão e de lã, e aplicavam-se especialmente à criação de gado vacum, de

¹⁶ A escravidão indígena em São Paulo ocorreu até 1700, sendo gradualmente substituída pela africana (LUNA; KLEIN, 2005, p.107-108).

porcos e de carneiros. (...) a criação de gado vacum, no distrito de Franca, tomou grande incremento, e, em 1838, esse distrito era um dos que forneciam mais gado bovino (SAINT HILAIRE, 1972, p.101)¹⁷.

Na década de 1820, Franca já se destacava pela criação de gado vacum como comprova o *Assentamento de Gados*, realizado em 1829. Segundo essa fonte, foram arrolados 688 criadores que possuíam juntos 37.768 cabeças de gado (OLIVEIRA, 1997)¹⁸. Segundo Müller, em 1836, na Província de São Paulo, Franca e Itapeva eram as únicas localidades que ultrapassaram uma centena de fazendas de criar, 176 e 167 respectivamente. Se os dados de Müller forem corretos, de um total de 501 fazendas de criar arroladas por ele na província, aproximadamente 35% delas encontravam-se em Franca (MÜLLER, 1923).

O gado vacum, os escravos e as terras eram os bens de maior valor arrolados nos inventários abertos em Franca no decorrer do século XIX. No entanto, os demais bens listados demonstram que a economia francana da época era diversificada e dinâmica.

O inventário *post mortem* de João Garcia Lopes da Silva mostra que ele foi um importante criador local, pois seu patrimônio incluía 714 cabeças de gado vacum, 150 porcos, 54 carneiros e 97 cavalos, mulas e bestas por ocasião de sua morte, em 1859¹⁹. Sua escravaria era constituída por nada menos do que 70 cativos e o seu espólio foi avaliado em 259:042\$537 (duzentos e cinqüenta e nove contos, quarenta e dois mil e quinhentos e trinta e sete réis); possuindo ainda uma olaria e fornalha, dinheiro, 162 sacos de sal, 1.000 queijos e casa de engenho²⁰. Como podemos notar, suas atividades eram bem diversas. Embora possuísse a maior parte de suas terras em São Paulo, esse mineiro também possuía terras no Termo de Jacuí-MG, que podem ter sido usadas como internada de seu gado, que seguia para Minas Gerais e Rio de Janeiro.

De fato, a venda de gado para o Rio de Janeiro era uma das formas de se comercializar os animais criados nas pastagens entre os rios Pardo e Grande. Não só o gado produzido por esse criador, mas também por outros proprietários de Franca, era levado até Jacuí onde internava e de lá seguia para a Corte (RESTITUTI, 2006).

Além da criação de gado, João Garcia Lopes da Silva deveria ser dono de tropas²¹. Um cativo seu, Simão, foi listado em 1859 como tropeiro e outro, Fidelis, como campeiro. Foram inventariadas ainda ferramentas “de tropa” e 29 bestas arriadas (num total de 97 animais cavalares e muares), que estariam transportando gado e, provavelmente queijo e outros produtos; e trazendo sal no retorno a Franca.

¹⁷ Saint Hilaire passou por Franca-SP em 1819, mas atualizou seus relatos de viagem anos mais tarde utilizando-se dos dados apresentados por Daniel Pedro Muller publicados em 1836.

¹⁸ Esta Lista de Criadores encontra-se publicada em BRIOSCHI et al., 1991, p.277-293.

¹⁹ Idade estimada ao falecer: 83 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

²⁰ Montante significativo, uma vez que valores acima de 10:000\$000 foram considerados como limite superior por diversos estudos sobre a riqueza ao longo do século XIX (OLIVEIRA, 1997, p.76; ALMICO, 2001 *apud* GUIMARÃES, 2006, p.50). Andrade dividiu a riqueza dos proprietários (escravistas ou não) de Mariana entre 1820-1850 em três níveis, tendo como limite superior monte-mores de 6:000\$000 a 26:000\$000 (2007, p.93-94). Ao mencionar o valor do monte, fazemos menção ao valor partível (já descontados os custos do processo e as dívidas passivas).

²¹ Ao se debruçar sobre as relações familiares de afrodescendentes nas propriedades de um tropeiro de Juiz de Fora, Guimarães (2006) nos traz a definição de tropeiro. “Observo que a expressão “tropeiro” foi amplamente utilizada em Juiz de Fora como uma especialização de cativos; portanto, o termo não estava necessariamente associado ao dono da tropa. Pedro Nava também informa que “dava-se o nome de *tropeiro* não só aos camaradas que conduziam as tropas, como aos que as exploravam como donos (1984, p.147)” (GUIMARÃES, 2006, p.211).

Fornecendo gado para o abate na capital do Império, animais destinados aos transportes em carros de bois ou ao trabalho nas moendas na região canavieira paulista, os rebanhos da vila Franca cresciam e traziam lucros para seus produtores. Quer nas vendas diretas dos grandes criadores aos centros de consumo ou na entrega da produção aos “comerciantes das Minas”, a praça de São João del-Rei ocupava uma posição central na intermediação das trocas comerciais estabelecidas entre o Norte Paulista, Triângulo Mineiro e Goiás, por um lado e a cidade do Rio de Janeiro, por outro (BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.73).

Em sua passagem pela região em 1819, Saint Hilaire já observara que para a comercialização do gado os fazendeiros:

(...) mais ricos enviam suas crias, por sua própria conta, à capital do Brasil, e os negociantes da Comarca de São João del-Rei vão comprar nas próprias fazendas o gado dos criadores menos prósperos. Um grande número de bois da região é enviado também para as redondezas de São Paulo, onde são usados no trabalho dos engenhos de açúcar (SAINT HILAIRE, 1976, p.86).

Para os pequenos produtores não havia alternativa que a de entregar seu gado aos intermediários mineiros, mas para os grandes criadores havia a possibilidade de levar seu gado diretamente até a Corte. As estradas de Minas Gerais serviam para o escoamento do gado de Franca rumo à Corte e ao vale do rio Paraíba. Além do gado vacum, a criação de porcos também foi uma das atividades de maior destaque no norte paulista.

Segundo Holanda, Franca era dos maiores produtores de suínos da Província por volta de 1820 (HOLANDA, 1976, p.114). Daniel Pedro Müller (1923) anotou que em 1836 o gado suíno de Franca representava 8,1% do total da vara paulista.

O toucinho era um produto com grande demanda para o consumo doméstico nos oitocentos e provavelmente muito rentável, destacando-se a Província de Minas Gerais como uma das principais exportadoras deste produto. Ao se referir à fronteira sudoeste de Minas Gerais, região limítrofe com São Paulo e vizinha do norte paulista, Restituti destacou que:

A fronteira Sudoeste de Minas era grande importadora de suínos paulistas. Em 1850-84 entraram mais de 230.000 porcos, média anual próxima a 7.000 cabeças, e saíram cerca de 40.000, ou 1.000 por ano.

(...) este gado, tanto o local quanto o paulista, dirigia-se ao mercado do Rio de Janeiro, e residualmente ao mercado mineiro, que era auto-suficiente na oferta de porcos. As entradas anuais de suínos via os segmentos de fronteira de Passos e Samambaia correlacionam positivamente às saídas de suínos via fronteira Extremo-Sul de Minas (RESTITUTI, 2006, p.203-204).

Segundo este autor, as exportações paulistas através do território mineiro sofreram redução de 88% na década de 1880, devido ao aumento da demanda interna da província de Minas Gerais, e principalmente em razão da expansão da malha ferroviária paulista, que alterou a rota do comércio e reduziu o custo de transporte do toucinho (RESTITUTI, 2006).

Inácio Nunes da Silva, que possuía três escravos, um sítio, uma vaca, uma novilha e um cavalo, tinha 70 porcos quando foi inventariado em 1844²². Não sabemos se esse proprietário havia abandonado a criação de gado, já que em 1829 foi listado como criador de 30 reses. O número de seus escravos também se reduziu, passou de nove cativos em 1836 a três em 1844.

A viuvez provavelmente acarretou perdas a este criador natural de Minas Gerais, já que em 1838 os bens da esposa de Inácio Nunes foram inventariados e a posse do casal contava com 13 escravos. A criação de porcos era, naquele momento de sua vida, uma atividade mais favorável, talvez por ser menos trabalhosa e empregar menor número de mão de obra.

A economia francana no século XIX não dependia apenas da criação de animais. O viajante Luiz D'Alincourt, passando pelo Caminho dos Goiases em 1823, escreveu as seguintes considerações a respeito dos moradores do Termo de Franca:

(...) industriosos e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lã muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já tem feito espingardas; a sua principal exportação consta de gado vacum, porcos e algodão, que levam a Minas; plantam milho, feijão e outros legumes para o consumo do país (D'ALINCOURT, 1950, Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuyabá *apud* BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.75).

Conjugada ou não a outras atividades, a produção de tecidos também esteve presente na localidade. Quando o domicílio dedicava-se a atividades diversificadas, a produção de tecidos empregava mão de obra escrava e era uma atividade a mais dentre outras. Antonio Machado Diniz, natural de Minas Gerais, senhor de sete escravos em 1836 e morador no distrito do Carmo (atual Ituverava), ocupava-se de *cultura, criação e fábrica de tecidos*. Assim como o também mineiro João Carlos de Figueiredo, morador no mesmo distrito juntamente com a esposa e filhos, dois escravos adultos e uma criança cativa mantinha *lavoura, cultura, criação e fábrica de tecido de algodão*²³.

Maria dos Santos de Jesus e três filhos adultos (maiores de 15 anos) moravam no distrito da Vila e ela vivia de *fiar seu algodão*. Possuía uma única escrava, a pequena Francisca, crioulinha de quatro anos. Maria dos Santos de Jesus era casada, mas seu marido não aparece arrolado na Lista Nominativa de 1836. A posse de uma única criança escrava do sexo feminino pode indicar que a produção de tecidos permitia a compra de cativos mesmo que de menor valor, neste caso uma menina, que poderia ajudar na produção dos próximos anos. Já a africana *livre* Maria da Costa habitava sozinha seu domicílio e vivia de *fiar*²⁴. Podemos notar que a tecelagem foi uma atividade essencialmente feminina e estava presente nas propriedades maiores que se dedicavam a atividades diversas (cuja produção era mais expressiva por ser denominada *fábrica*), mas também era um meio de sobrevivência de pessoas com menores posses (*viver de fiar*).

A importância da tecelagem e fiação faz-se notar nos bens inventariados: os teares e as rodas de fiar estavam presentes em praticamente todas as casas. Encontramos também plantações de algodão (*algudual*) e peças de panos de algodão sendo avaliados.

²² Idade estimada ao falecer: 83 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

²³ Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

²⁴ Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836.

Francisco de Paula Silveira era senhor de 18 escravos e proprietário de engenho de cana, criava 27 cabeças de gado vacum, 30 porcos e 27 lanígeros. Dentre os bens avaliados deste mineiro encontravam-se peças de panos de algodão, 16 arrobas de açúcar, 30 alqueires de feijão e 25 carros de milho enquanto seu inventário tramitava nos idos de 1858²⁵. Suas atividades parecem ter sido bastante lucrativas, pois o monte partível de Francisco de Paula Silveira chegou a 54:367\$280 (cinquenta e quatro contos, trezentos e trinta e sete mil e duzentos e oitenta réis).

Em relação aos cereais inventariados, encontramos com maior frequência referências a carros ou roças de milho²⁶, alqueires ou plantações de feijão e alqueires de arroz ou arrozal. Além disso, alguns inventários citam *hortaliças de verduras, canas, mandiocas, laranjais, romaneiros e pomares*. Plantações de café estão presentes, mas em pequenas quantidades, sendo sequer mencionadas separadamente de outras culturas.

Tabela 4- São Paulo: Quadro comparativo do comércio total da Província de São Paulo e dos Distritos de Franca e Mogi Mirim, 1836

Produtos	Mogi Mirim	Franca	Província
Café (@)	610	211	588.136
Açúcar (@)	40.520	272	563.108
Aguardente (canad.)	2.312	337	46.728
Arroz (alq.)	8.668	2.111	341.220
Feijão (alq.)	12.558	-	237.116
Far. mandioca (alq.)	-	3.893	79.765
Milho (alq.)	354.707	138.632	3.870.020
Fumo (@)	1.850	311	11.773
Algodão rama (@)	355	-	9.282
Porcos	14.506	5.613	69.158
Gado cavallar	1.574	353	11.400
Gado muar	477	33	2.268
Gado vacum	2.313	1.817	35.573
Gado lanígero	316	632	5.799

Fonte: MÜLLER, 1923, p.123 Tabela 3 *apud* BRIOSCHI in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.74.

O *Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Ruraes da Província de São Paulo* de 1855 (referente a 1854) contabilizou as fazendas de café, de cana-de-açúcar e de gado vacum; os escravos, agregados e colonos nelas empregados; a produção, a venda e o valor dos gêneros negociados em 1854 para toda a Província.

Segundo o Relatório de 1855, referente ao citado *Quadro*, enquanto a cafeicultura dominava o Vale do Paraíba e as fazendas de cana de açúcar na região compreendida por Itu, Piracicaba, Capivari, Mogi Mirim e Campinas, as fazendas de criação de gado pertenciam a municípios do Oeste e Novo Oeste Paulista. Mogi Mirim ocupava o primeiro lugar, com 98 estabelecimentos, seguido de Franca e Itapetininga (90 respectivamente), São João do Rio Claro (atual Rio Claro, 57) e Araraquara (50). As fazendas de criação de gado de Franca empregavam 326 agregados e 939 escravos, a produção do ano foi de 5.200 reses e foram vendidas naquele ano 3.300 reses. Nessa época não foram arroladas fazendas de café em território francano, mas 20 fazendas que produziam cana-de-açúcar, que operavam com 40 agregados, 243 escravos, cuja produção foi de 8.800 arrobas de açúcar²⁷.

²⁵ Idade estimada ao falecer: 75 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

²⁶ O milho era importante na alimentação de pessoas e animais.

²⁷ Consta que a cultura da cana é feita nas fazendas de criação do gado.

Tabela 5- Quadro estatístico de alguns estabelecimentos rurais da Província de São Paulo. São Paulo, Relatório de João Joaquim Machado de Oliveira, 1855 (Referente a 1854), municípios selecionados

Municípios	Fazendas de café	Fazendas de açúcar	Fazendas de criação de gado
Batatais*	-	-	-
Franca	-	20	90
Guaratinguetá	103	-	2
Itapetininga	18	17	90
Jacareí	96	-	-
Limeira	65	13	-
Mogi Mirim	66	57	98
Porto Feliz	16	38	-
Província	2.618	667	532

Fonte: Relatório de 1855 (Referente a 1854).

*Não há informações para Batatais.

A produção do excedente, feijão, arroz, toucinho, algodão e outros gêneros, era destinada ao comércio com os viandantes que percorriam a Estrada dos Goiaes e também à troca por produtos não fabricados pela população local (como o sal) nas cidades de Campinas e São Paulo. O gado vacum era destinado aos engenhos de açúcar para tração/transporte e para o consumo da população no Vale do Paraíba e no Velho Oeste Paulista. Ao se referir a Campinas, em viagem à Província de São Paulo no início da década de 1860, Zaluar mencionou:

O **comércio** é pois ativo e florescente, porque é aqui o entreposto de Goiás, Uberaba, **Franca** e outras povoações do interior com a corte. Asseguram-me, porém que **já foi** muito mais importante e ativo com estes pontos; e assim mesmo ainda entram aqui todos os anos, da Franca, quatrocentos a seiscentos carros, que trazem toucinho, algodão, queijo e feijão, que permutam por ferragens e sal em grande quantidade (ZALUAR, 1953, p.137-138 grifo nosso).

Até 1805 a cana-de-açúcar e seus derivados não foram arrolados nos maços de população para o Sertão do Rio Pardo, ainda que seja praticamente certo que a rapadura e a cachaça fossem produzidas para o consumo nos pousos. Em relação ao açúcar, não sabemos se foi uma atividade mineira²⁸ que se perpetuou em Franca ou se resultou da expansão da produção dos engenhos paulistas. Ao que parece, foi o resultado de ambas situações.

De acordo com a análise de Godoy (2006) para Minas Gerais, a cana-de-açúcar subsistiu conjuntamente com outras atividades econômicas, como a agropecuária. Assim como atestou o Relatório de 1855, situação semelhante foi verificada para localidade focalizada neste estudo. Na produção de cana-de-açúcar²⁹, Franca ocupava um lugar periférico no conjunto da Província de São Paulo, ao passo que na criação de gado encontrava-se como uma das principais, ficando atrás em número de reses apenas de Itapetininga e Araraquara, respectivamente.

No Relatório de 1855 chamou a atenção o elevado número de escravos para a produção de cana-de-açúcar e de gado. Em um quadro comparativo com outras

²⁸ Minas Gerais teve um papel relevante de atividades agroaçucareiras no século XIX, com o emprego efetivo de mão-de-obra escrava.

²⁹ De acordo com o Relatório de 1855 o maior produtor paulista de cana-de-açúcar foi o município de Constituição (Piracicaba) com 227.000 arrobas.

localidades, Franca empregou mais escravos, produziu menos açúcar e criou menor número de reses do que seus vizinhos que também utilizavam o trabalho escravo³⁰. O Relatório de 1855 explicitamente afirmou que nas fazendas de gado de Franca produzia-se cana de açúcar. Certamente, as fazendas de gado vacum e de cana de açúcar na região de Franca, por terem uma produção diversificada ocuparam seus escravos em outras atividades como a produção de mantimentos, tecelagem, criação de outros animais e manuseio de outros engenhos (como os de serrar madeira).

Verificamos que dentre os 30 inventários analisados (cujos inventariados eram em sua totalidade escravistas e naturais de Minas Gerais) foram listados sete engenhos de cana ou de cilindro e quatro de serra. Esses senhores detinham número significativo de escravos, mínimo de sete e máximo de 27 cativos.

Nem todos os escravistas morreram como criadores ou agricultores. Quando Hilário Dias Campos, por exemplo, foi inventariado em 1846³¹, deixou ouro lavrado e uma bateia³². Não possuía gado vacum nem porcos, mas era dono de um moinho. Dos escravos que possuía, apenas um permaneceu no cativeiro, os outros 11 foram libertos. Era dono (e provavelmente morador) de uma chácara nos subúrbios. Foi arrolado como boticário pela Lista Nominativa de Habitantes de 1836 e quando faleceu também era dono de uma tenda de ferreiro e de diversos objetos de metal, inclusive 100 pares de ferraduras de burro e 21 pares de ferraduras de cavalo³³. Legou aos dois filhos *naturais* (uma vez que era solteiro ao falecer) um monte cuja quantia foi de R\$ 5:572\$982 (cinco contos, quinhentos e setenta e dois mil, novecentos e oitenta e dois réis).

Embora tenham sido encontradas poucas evidências de atividade mineratória entre os moradores de Franca, tanto nos inventários consultados como na Lista Nominativa de 1836, a presença de ouro em localidades próximas a este município (como Desemboque, em Minas Gerais e Caconde, em São Paulo) atraiu povoadores para o Sertão do Rio Pardo.

Mas a mineração não se restringiu ao metal amarelo. Santa Bárbara de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista) foi ocupada por famílias de garimpeiros por volta de 1830, atraídas pela abundância de diamantes nos rios Santa Bárbara e Sapucaizinho. Claraval (município mineiro limítrofe com a cidade de Franca) também era terra de diamantes, descobertos aproximadamente em 1864, no rio Canoas (OLIVEIRA, 1997).

A extração diamantífera foi relativamente comum nas freguesias do Carmo (atual Ituverava) e especialmente na de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista), como afirma o periódico local *O Nono Districto*. Segundo este jornal, na freguesia de Macaúbas e no vizinho garimpo das *Canoas trabalha-se na cata dos diamantes*, mas com *pequenos resultados* devido à falta de recursos dos exploradores. Pedras de *primeira água* foram encontradas em córregos afluentes do rio Sapucaí, algumas apresentavam tamanho tal que chegaram a ser vendidas *em bruto* por dois a três contos de réis. Ademais, como não havia na região negociantes especializados no comércio de diamantes, as pedras oriundas de Franca quase não eram conhecidas na *praça* do Rio de

³⁰ Itapetininga empregou 553 escravos e 188 agregados e a produção do ano foi 8.180 reses. Araraquara ocupou somente 200 escravos e teve uma produção de 6.500 reses.

³¹ Idade estimada ao falecer: 60 anos (Fonte: Lista Nominativa de Habitantes de 1836).

³² O garimpo atraiu diversos mineiros para a região de Franca ainda em finais do século XVIII. Apesar do ouro não ser listado dentre os bens produzidos em Franca desde a primeira década do século XIX, a mineração especialmente a diamantífera no distrito de Macaúbas (atual Patrocínio Paulista) e às margens do rio Canoas perpetuou-se nas décadas seguintes (OLIVEIRA, 1997, p.59-60).

³³ Apesar da atividade de ferreiro estar associada ao serviço de tropas, como afirmou GUIMARÃES (2006, p.212), Hilário Dias Campos não parece ter sido tropeiro, uma vez que possuía apenas um cavalo, uma égua, um poldro e uma poldra, ou seja, não havia bestas ou jumentos dentre seus bens.

Janeiro. Cabia aos negociantes de *Bagagem* a compra e revenda dos diamantes francanos (*O Nono Districto*, 05/10/1882).

O garimpo e as atividades a ele correlacionadas (como a ourivesaria) perpetuaram-se ao longo dos oitocentos, sendo uma atividade presente até os dias atuais em Franca e nas circunvizinhanças.

A diversificação da produção e ocupacional em Franca já era observada no ano de 1829 quando, segundo a Lista Nominativa foram arrolados 80 agricultores, 56 artistas, 45 negociantes e 38 jornaleiros (NASCIMENTO; MOREIRA, 1943). Em 1836, havia um total de 98 pessoas empregadas em ocupações diversas além da agropecuária, sendo 30 carpinteiros, 18 alfaiates, 18 tecelões, 16 ferreiros, 11 sapateiros, oito seleiros, quatro ourives, quatro músicos, quatro pedreiros, um pintor e sete sacerdotes (MULLER, 1923).

O Censo de 1872 apontou a diversificação não só no município de Franca, como nas demais localidades que compunham o seu território original, além do maior florescimento de atividades urbanas. Excluindo-se os habitantes classificados como “sem profissão”, onde estavam incluídos as crianças e os idosos, observamos que quase metade da população livre e $\frac{1}{4}$ da escrava desenvolvia atividades não ligadas diretamente a agro-pecuária. Exerciam ocupações manuais especializadas, como as chamadas “profissões manufatureiras ou mecânicas” e ocupações manuais não especializadas como os criados e jornaleiros e, entre os livres, havia também os que se dedicavam às ocupações liberais.

Tabela 6- População, segundo condição social em relação às profissões. Batatais, Cajuru e Franca, 1872

Profissões	Municípios						Total
	Batatais		Cajuru		Franca		
	Livres*	Escravos	Livres*	Escravos	Livres*	Escravos	
Profissões Liberais	25		12		60		97
Artistas	122		50		57	11	240
Militares	12		2		22		36
Pescadores	46	18					64
Capitalistas e Operários	24		19		8		51
Profissões Industriais e Comercias	88		37		231		356
Costureiras	294	227	83	7	481	67	1.159
Profissões Manufatureiras ou Mecânicas	564	141	127	29	324	120	1.305
Lavradores	2.456	1.093	2.085	693	4.991	2.020	13.338
Criadores	31		5		91		127
Criados e Jornaleiros (assalariados)	283	166	60	20	1.113	124	1.766
Serviços Domésticos	1.109	83	934	46	2.169	358	4.699
Sem Profissão	4.041	432	3.286	108	8.474	698	17.039
Total	9.095	2.160	6.700	903	18.021	3.398	40.277

Fonte: Recenseamento Geral do Império 1872.

(*) Na condição social livre estão inclusos os estrangeiros.

O Almanaque da Província de São Paulo para 1873 menciona a existência de seis advogados, dois farmacêuticos, 84 fazendeiros, 12 negociantes de fazendas, ferragens, armário, molhados e louças, seis armazéns de sal, oito armazéns de molhados e 17 armazéns de molhados e gêneros do país. No setor de *artes, indústrias e ofícios* arrolou três alfaiates, dois caldeiros, quatro carpinteiros, dois ferradores, quatro ferreiros, dois marceneiros, seis sapateiros, quatro seleiros³⁴.

³⁴ Para Batatais, o mesmo almanaque arrolou dois farmacêuticos, um advogado, 12 negociantes, 37 criadores de gado, cinco fazendeiros de cana de açúcar e criadores de gado, um fazendeiro de cana de

Em 1886, poucos anos antes da abolição da escravidão, com o município de Franca com sua superfície reduzida, devido a novos desmembramentos territoriais que resultaram nos municípios de Igarapava (1873), de Patrocínio Paulista (1885) e Ituverava (1885), um novo levantamento realizado na Província de São Paulo dava conta de que em Franca havia uma *grande criação de bovinos* (cerca de 12.000 cabeças ao ano), eqüinos e muares (duas a três mil cabeças); o café produzido alcançara no ano 900.000 kg, o açúcar 60.000 Kg e o fumo 37.500 kg.

Havia também uma colheita razoável de cereais. Nessa época, Franca possuía 28 lojas de fazendas, 134 armazéns de molhados e gêneros do país, sete armazéns de café e sal, sete farmácias, dois hotéis, seis açougues, duas fábricas de cerveja, quatro padarias, quatro ourivesarias, dez sapatarias, seis selarias, um engenho central de açúcar, duas tipografias, duas marcenarias e outras oficinas diversas. Às vésperas da abolição, Franca ainda continuava um ponto importante de ligação entre a Província de São Paulo e as Províncias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, tendo sido alcançada pelos trilhos da estrada de ferro Mogiana a partir de 1887.

A maior parte dos 4 milhões de litros de sal adquiridos por Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso é transportada pela estrada de Franca além dos 8.000 volumes de importados que também passavam por ela (RELATÓRIO, 1888, p.374).

Tais informações atestaram que no município de Franca, paralelamente à atividade agropecuária, havia uma atividade comercial dinâmica, que envolvia também o tropeirismo, além de várias oficinas artesanais. Atividades essas que empregaram o trabalho escravo foram se ampliando no decorrer do tempo e desenhando um perfil mais urbanizado à antiga Vila Franca do Imperador:

Ao longo do século XIX, as práticas econômicas em Franca, foram sofrendo modificações no sentido de ampliar as atividades já existentes (pecuária, agricultura e comércio), além de incluir novos experimentos como engenhos de açúcar e plantações de café. (...) A diversificação da estrutura produtiva predominava nas propriedades dos pequenos e grandes produtores. O contínuo processo de ampliação das atividades econômicas inclui as transformações ocorridas no meio urbano, muitas delas com vínculo direto com a zona rural. O destaque fica para as oficinas de confecção de selas, arreios, laços e outros manufaturados em couro, que atendiam os fazendeiros, que por sua vez eram os fornecedores da principal matéria-prima: couro do gado bovino. Incluindo os curtumeiros e sapateiros, várias pessoas mantinham atividades profissionais vinculadas à pecuária (OLIVEIRA, 2006, p.3).

Em princípios da década de 1880, *O Nono Districto* trazia o preço de alguns produtos comercializados na praça de Franca: sal (de 37 Ks por 7\$000), café (de 15 Ks por 4\$500), açúcar (de 15 Ks por 7\$000), sola *crioula* (7\$000) e o fumo (carga por 12\$000)³⁵ (*O Nono Districto*, 05/10/1882)³⁶.

açúcar e um de café e criador de gado e sete fazendeiros. No comércio, somavam-se 11 negociantes e 19 pessoas no setor de artes, indústrias e ofícios.

³⁵ Ks = quilogramas, sendo 37 kg o peso da bruaca de sal na região e 15 kg o arredondamento do peso de uma arroba. Crioula significa que foi produzida localmente, em oposição ao mesmo produto que é

A entrada da cafeicultura no norte paulista se deu em um momento de evidente crise do trabalho escravo³⁷, resultado das leis emancipacionistas e dos movimentos abolicionistas da época³⁸. Nas vésperas da abolição, o acentuado aumento na produção de café (que passou de 211 arrobas em 1836 para 60.000 arrobas em 1886), ainda era inferior aos montantes produzidos em outras localidades cafeeiras paulistas.

O avanço da cafeicultura em Franca foi mais tímido do que o verificado em Ribeirão Preto, o que poderia ser explicado pelo tipo de solo francano (latossol vermelho-amarelo) inferior e menos produtivo do que a *terra roxa* (latossol roxo) ribeirão-pretana. De qualquer forma, as terras cobertas de matas que não haviam sido ainda utilizadas passaram a dar lugar aos cafezais.

De acordo com Monbeig (1984, p.185), a necessidade de expandir as lavouras levou até mesmo à utilização de terras menos férteis do que a roxa para o plantio de novos talhões. No entanto, grande parte das fazendas preservava áreas de matas, seja para futura expansão dos cafezais, seja como reserva de madeira utilizada nas edificações locais. Paralelamente, espaço considerável das propriedades não podia ser ocupado pela cafeicultura, principalmente devido às condições do solo ou à topografia desfavoráveis. À exceção dos cerrados, que somente viriam a ser cultivados comercialmente após a II Grande Guerra, as áreas excedentes da cafeicultura foram amplamente exploradas por atividades complementares e efetivamente lucrativas (BACELLAR in BACELLAR; BRIOSCHI, 1999, p.114-115).

A existência de campos e matos, que provavelmente seriam aproveitados pela cafeicultura, aparece nos inventários da época. O de Heitor de Paula Silveira, aberto em 1870, dentre os seus bens arrolados encontravam-se uma parte no engenho de serra, madeiras serradas, uma casa de carpinteiro com três lances, *uma parte de terra aquêm das Canoas de campo e mato*, ou seja, podemos aventar que nas propriedades desse senhor de 13 escravos havia áreas ainda inexploradas, cobertas de *mato*. Dentre seus pertences, Manoel de Mendonça Ribeiro também teve inventariada *uma porção de madeiras lavradas e no mato*, no ano de 1862.

A vinda da ferrovia, primeiro em Batatais em 1886, e em Franca um ano depois, alavancou a cafeicultura nesses municípios. A entrada do café em escala comercial e de novos atores nesse contexto socioeconômico, fazendeiros capitalistas e imigrantes estrangeiros, em busca de terras para a expansão do café não iria solapar a agropecuária voltada ao abastecimento interno, já estabelecida de longa data no norte paulista³⁹.

também adquirido de outras regiões. Gostaria de agradecer Cristiano Corte Restituti por sanar minhas dúvidas em relação às medidas e termos usados na época.

³⁶ Entre os anos de 1882 e 1883, *O Nono Districto* não incluiu ou excluiu outros produtos de sua lista de mercadorias comercializadas em Franca (e seus respectivos preços).

³⁷ Ao que parece, os fazendeiros já estavam em busca de alternativas de substituição do braço escravo, no entanto, não sabemos se obtiveram êxito. “(...) Manuel Pereira Caetano, ofereceu terras de sua propriedade, às margens do rio Grande, junto à ponte de Jaguara, em construção, para receber imigrantes do Sul dos Estados Unidos, que estavam chegando ao Brasil depois da Guerra de Secessão” (EVANGELISTA, 1990, p.36).

³⁸ Segundo Evangelista, os movimentos abolicionistas tomaram corpo somente na década de 1880. O Partido Liberal tomou a luta pela abolição sua bandeira partidária e em 1882 foi fundado o jornal “Nono Districto” que não aceitava anúncios sobre escravos fugidos. Antes disso, em 1870, o juiz municipal Dr. Venâncio Gomes da Costa “o Onça” concedeu liberdade aos cativos listados no inventário do fazendeiro Antonio Alves Branquinho apoiando-se na lei de 1850 que proibia a entrada de escravos no Brasil e declarava livres os introduzidos irregularmente. A decisão provocou a reação de outros que se sentiram prejudicados e a cidade foi invadida entre 2 e 9 de dezembro de 1870 (EVANGELISTA, 1990, p.37).

³⁹ GARVAZO faz semelhante afirmação para Batatais (2006, p.69).

Na passagem do século XIX para o XX observaram-se transformações econômicas, mudanças sociais, políticas e demográficas em Franca.

Novos cenários e novos atores contribuíram para modificar o quadro tradicional da sociedade francana: além da chegada da ferrovia (1887), do fim da escravidão (1888), intensificaram-se os processos de urbanização, avanços dos meios de comunicação e de transporte e a expansão do setor de comércio e serviços⁴⁰. Somaram-se as transformações políticas com a Proclamação da República (1889) e a entrada de novos imigrantes nacionais e estrangeiros (principalmente italianos) a partir dos anos 1880.

Por si só, a chegada da ferrovia já deve ter provocado maior movimentação na área urbana de Franca. Para fazer o transporte da Igreja Matriz até a estação ferroviária foi implantada uma linha de bonde (afinal a ladeira era bastante íngreme para se chegar à estação).

Em 1890 o aumento da demanda local e regional refletia-se no comércio, que registrou 124 negociantes de todas as espécies que pagaram direitos na cidade de Franca e seu município. Além de um restaurante, um hotel, uma venda de sola e uma fábrica de cerveja, foram listadas quatro boticas, dois armários e 114 gêneros do país, aguardente e molhados, ferragens, sal, corte de sapatos, drogas, fazendas, café, açougue de gado, bilhar, víspora. Nesse mesmo ano, no lançamento de todas as oficinas que eram obrigadas a pagarem direitos, de um total de 60, as mais numerosas eram 17 oficinas de seleiro (28,33%) e nove de sapateiro (15%), lembrando que se utilizavam basicamente o couro como matéria prima (OLIVEIRA, 1997, p.66).

A chegada do café, no final desse século, não desbancou as atividades tradicionais, principalmente a criação de gado vacum. Os vínculos com os mercados de cidades circunvizinhas permaneceram, e com outras localidades paulistas se estreitaram através dos trilhos da estrada de ferro Alta Mogiana.

As oficinas que manufaturavam couro e os curtumes persistiram e a indústria de calçados despontou como uma das principais atividades econômicas da cidade ao longo do século XX.

Referências bibliográficas

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão. São Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.

ANDRADE, L. B. **Senhor ou Camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte-MG, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R. (Org.). **Na estrada do Anhanguera:** uma

⁴⁰Os setores de comércio e serviços que se desenvolveram na região foram o de serviços sanitários, educacionais e artísticos, que passaram a ser oferecidos à população principalmente urbana. Para elucidar esta expansão apresentamos os seguintes dados retirados do Almanaque Histórico da Franca (1943): inauguração do Teatro Santa Clara (1874), chegada da estrada de ferro (1877), início da chegada de imigrantes italianos (1877), inauguração de um colégio feminino dirigido por freiras (1888), primeira canalização de água (1894), fundação da Santa Casa de Misericórdia (1895), primeira instalação do Serviço Telefônico (1902), inaugurada a iluminação por eletricidade (1904). Ainda que muitos desses serviços fossem precários e não funcionassem efetivamente, não deixam de ser indicativos de mudanças e tentativas de melhoria na área urbana (NASCIMENTO; MOREIRA, 1943).

visão regional da história paulista. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999.

BASSANEZI, M. S. C. B. (Org.). **São Paulo do passado: dados demográficos**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1998.

BRIOSCHI, L. R. **Criando história: paulistas e mineiros no Nordeste de São Paulo (1725-1835)**. São Paulo, 1995. 268f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____ et al. **Os entrantes no Sertão do Rio Pardo: o povoamento da freguesia de Batatais: séculos XVIII e XIX**. São Paulo: CERU, 1991.

CHIACHIRI FILHO, J. **Do Sertão do Rio Pardo à Vila Franca do Imperador**. Ribeirão Preto: Ribeira, 1986.

EVANGELISTA, J. G. A região de Franca e a escravidão. **Revista Regional de História**, ARPAM, n.1, p.35-50, 1990.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 2001.

GARAVAZO, J. **Riqueza e escravidão no Nordeste Paulista: Batatais, 1851-1887**. São Paulo, 2006. 286f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

GODOY, J. F. **A Província de São Paulo: trabalho estatístico, histórico e noticioso**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. (Coleção Paulística) (2.ed. facsimilada, 1875).

GODOY, M. M. Notas sobre ciclo de vida e desenvolvimento econômico: o caso das atividades agroaçucareiras da Província de Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006.

GUIMARÃES, E. S. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora - MG, 1828-1928)** São Paulo: ANNABLUME/ FAPESP, 2006.

HOLANDA, S. B. **Monções**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LUNE, A. J. B.; FONSECA, P. D. (Org.). **Almanak da Província de São Paulo para 1873**. São Paulo: Edição Fac-similar/Imprensa Oficial do Estado S. A. – IESP, 1985.

MARCÍLIO, M. L. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2000

MÜLLER, D. P. (Org.). **Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo**. São Paulo: Reedição Litteral Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1923.

NASCIMENTO, H. A.; MOREIRA, E. (Org.). **Almanaque histórico de Franca: obra de compilação histórica do município em seus vários aspectos**. Franca: Tipografia "Renascença", 1943.

OLIVEIRA, L. L. A população do Nordeste Paulista e a chegada da cafeicultura (1890-1920). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Campinas: ABEP, 2006.

_____. **Economia e história em Franca: século XIX.** Franca: UNESP/FHDSS: Amazonas Prod. Calçados S/A, 1997. (Série História Local 7).

RELATÓRIO apresentado ao Exm. Sr. Presidente da Província de São Paulo pela Comissão Central de Estatística. São Paulo: Leroy King Bookwalter/Typographia King, 1888.

RESTITUTI, C. C. **As fronteiras da Província: rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais 1839-1884.** São Paulo, 2006. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista.

SAINT HILAIRE, A. **Viagem à Província de São Paulo.** Trad. Rubens Borba de Moraes. São Paulo: Martins Fontes/EDUSP, 1972.

ZALUAR, A. E. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).** São Paulo: Livraria Martins, 1953.